

**FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
(FONASEFE)**

- ANDES-SN
- ANFFA-SINDICAL
- ASFOC-SN
- ASMETRO-SN
- ASSIBGE-SN
- CNTSS
- CONDSEF
- CSPB
- CSP-CONLUTAS
- CTB
- CUT
- FASUBRA
- FENAJUFE
- FENAPRF
- FENASPS
- INTERSINDICAL
- PROIFES
- SINAIT
- SINAL
- SINASEFE
- SINDCT
- SINDFAZENDA
- SINDIFISCO-NACIONAL
- SINDIRECEITA
- SINTBACEN
- UNACON-SINDICAL

Ofício nº s/n, FONASEFE

Ao Excelentíssimo Coordenador da Equipe de Transição de Governo - **Geraldo Alckmin**
À equipe de transição do Planejamento, Orçamento e Gestão

Atendendo solicitação do Grupo Técnico de Trabalho da Equipe de Transição, vimos oferecer, em caráter preliminar, relação de normativos que na ótica do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais - FONASEFE, precisa ser revogada ou reformulada para restabelecer de forma institucional, democrática, transparente e participativa as relações entre o Estado e os servidores públicos federais.

A presente relação será oportunamente complementada com os devidos instrumentos jurídicos e suas respectivas qualificações, pelo que colocamo-nos, desde já, à disposição para continuar colaborando para a consolidação da democracia, do estado social de direito e a garantia da prestação dos serviços públicos e gratuitos para a população brasileira.

Ademais, conforme consta de nosso ofício de 16.11.2022,, dirigido ao Coordenador da Equipe de Transição e Vice-Presidente Eleito, Sr. Geraldo Alckmin, o FONASEFE considera imprescindível a revogação das Emendas Constitucionais nº 95/2016, do teto de gastos, e nº 103/2019, da Reforma da Previdência.

Por último, reivindicamos que sejam adotadas todas as providências necessárias para retirada de tramitação da PEC 32/2020, da Reforma Administrativa.

Quadro resumo de IN, Decretos e Portarias		
Instrução Normativa nº 05 de 2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO.

	Pública federal direta, autárquica e fundacional	
Decreto nº 10.540 de 2020	Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – regulamentado pela LC 131 de 27 de maio 2009 que diz no seu Art. 2º que altera a LC 101 de 04 de maio de 2000, onde consta:	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Decreto nº 10.888 de 2021	Dispõe sobre a publicidade e a transparência das comunicações realizadas entre os órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo federal e o relator-geral do projeto de lei orçamentária anual sobre a execução de recursos decorrentes de emendas	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Decreto nº 9.794 de 2019	que criou o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Portaria nº 972 de 2019	extingue colegiados que visam o controle social das relações de trabalho	Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.
Portaria nº 15.543 de 2020	Divulga o manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder executivo Federal	Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Federal do Ministério da Economia
Portaria 21.595 de 2020	Orienta os órgão e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), sobre a impossibilidade de cobrança e contribuição sindical pelo servidor público federal	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia

<p>Instrução Normativa nº 02 de 2018 (revisão)</p>	<p>Estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sipec, quanto à jornada de trabalho de que trata o art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 e pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, que dispõem sobre o controle de frequência, a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, aplicáveis aos servidores públicos, em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.</p>	<p>SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO</p>
<p>Decreto nº 10.328, de 2020 (revogação)</p>	<p>Permite o cancelamento unilateral das consignações, inclusive das mensalidades sindicais.</p>	<p>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</p>
<p>Decreto nº 10.620, de 2021.</p>	<p>Dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social da União no âmbito da administração pública federal.</p>	<p>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</p>
<p>Instrução Normativa nº 54 de 2021</p>	<p>que exige corte de ponto imediato em caso de greves; tira autonomia dos órgãos para negociar recomposição dos dias parados.</p>	

Brasília, 23 de dezembro de 2022